



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LILIAN CRISTINA RODRIGUES DE SOUZA

**O BANCO MUNDIAL E A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES NO BRASIL**

Belém-Pará
2019

LILIAN CRISTINA RODRIGUES DE SOUZA

**O BANCO MUNDIAL E A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Professora Dra. Olgaíses Cabral Maués (ICED-UFPA)

Co-Orientadora: Professora Dra. Michele Borges de Souza (EAUFPA)

Banca Examinadora: Dra. Maria Izabel Alves dos Reis (ICED-UFPA)

Banca Examinadora: Dra. Maria da Conceição dos Santos Costa (ICED-UFPA)

Belém-Pará
2019

LILIAN CRISTINA RODRIGUES DE SOUZA

**O BANCO MUNDIAL E A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Faculdade de Educação da Universidade
Federal do Pará, como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia.

Belém (PA), 11 de janeiro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Olgaíses Cabral Maués
ICED-UFPA
(orientadora)

Profa. Dra. Michele Borges de Souza
ICED-UFPA
(co-orientadora)

Profa. Dra. Maria Izabel Alves dos Reis
ICED-UFPA
(examinadora interna)

Profa. Dra. Maria da Conceição dos Santos Costa
ICED-UFPA
(examinador interna)

“O tempo passa. Mesmo quando isso parece impossível. Mesmo quando cada batida do ponteiro dos segundos dói como o sangue pulsando sob um hematoma. Passa de modo inconstante, com guinadas estranhas e calmarias arrastadas, mas passa. Até para mim.”

(Stephenie Meyer)

AGRADECIMENTOS

Ao universo e seu processo de expansão que levaram mais de treze bilhões de anos, incluindo diversas mega explosões de estrelas até formaram este ser que sou hoje, uma poeira estelar que carrega o universo dentro de si e ao sobreviver expande ele por cada andança por aí;

Ao meus pais;

Aos meus irmãos, que são tudo para mim e sem eles não seria possível a chegar até aqui, palavras não são o suficiente para demonstrar meu amor e gratidão por vocês Lucas e Luis;

A Meny, que é minha irmã de outra mãe e a Leni que é como uma mãe, ambas contribuíram demais minha vida e principalmente nessa reta final, amo vocês;

Á minha orientadora, professora Olgaíses Cabral Maués que sempre foi compreensiva e paciente comigo, e me ensinou muito sobre o conhecimento científico;

A minha co-orientadora, Michele Borges de Souza que foi um diferencial nesse processo de continuação de sobrevivência na vida e no Curso, assim como de construção do TCC e produções científicas como um todo;

Ao GESTRADO-PA por terem me acolhido no grupo de pesquisa e contribuírem na construção do meu conhecimento, em especial ao professor Robson Bastos que me ajudou a entender os conceitos principais que o grupo estuda, e a Antônia Vanessa, Andréa Matos e Professora Conceição Cabral, que me ajudaram em momentos difíceis na longa caminhada que é a graduação ;

Á professora Ana Tancredi Carvalho, a qual sem ela eu não teria conseguido vencer os desafios impostos pelo sistema e a permanecer no curso e na iniciação científica;

Á você, Ana Carolina, ou melhor Nerd, por sempre me apoiar e ajudar na árdua caminhada da vida. É um prazer dividir uma época e uma vida com você, nesse mundo injusto, encontrei alguém que ameniza tudo;

Aos “avisos restritos” por tornarem esse processo educativo em anos inesquecíveis, por terem me acolhido na turma e feito com que me sentisse pertencente dela, nós sofremos, ficamos sem dormir, mas no final sempre acabávamos bem, rindo na sala, no grupo ou qualquer lugar. Esses momentos estarão para sempre na minha memória;

A Clarinha, que apesar de ter me abandonado durante a graduação, não me abandonou na vida e permanece junta e amiga, minha alma gêmea depressiva;

A Aline Nagine Potter Weasley, que chegou de repente na turma e apesar de eu ter trocado de turma não deixou que isso nos afastasse. Obrigada pelas alegrias proporcionadas com conversas idiotas que tenho contigo.

A Líria que começou a graduação comigo, porém se tornou minha “anja” da guarda em determinado período, e ao Nico que veio ocupar esse lugar, que apesar de ser bem espaçoso é muito amado.

O BANCO MUNDIAL E A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Lilian Cristina Rodrigues de Souza¹

RESUMO

Este artigo visa apresentar as mudanças que estão ocorrendo na educação, o que gera reformas no que se diz respeito à formação de professores e à função dos mesmos. O Banco Mundial (BM) mostra interesses quanto ao ensino em países periféricos, o qual orienta e investe com recursos financeiros ou com documentos orientadores, visando uma adequação da educação aos interesses do capital. O objetivo geral do trabalho é analisar o documento do BM publicado em 2014 e intitulado “Professores excelentes: como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe”, buscando as possíveis relações com a Política Nacional de Formação de Professores, expressa no Decreto nº 8.752 de 2016. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e documental, dividida em três etapas sendo primeira o aprofundamento do estudo sobre os documentos, a segunda consistiu no levantamento das políticas, planos e ações sobre a formação de professores no Brasil, a partir do ano de 2010, e a terceira buscou identificar os nexos possíveis entre os documentos do BM e a política, planos e ações em vigor. A análise foi feita a partir da análise do discurso utilizando o método de Norman Fairclough (2016). Para o Banco Mundial a qualidade do ensino está relacionada à qualidade do docente, por isso ele destaca a importância de reformas nas políticas de formação de professores, para melhorar a qualidade da educação básica e consequentemente da educação como um todo. A conclusão que se chegou foi que existe uma grande expectativa por parte do Banco Mundial para que os países da América Latina e Caribe sigam e implementem suas orientações, objetivando o crescimento econômico internacional e o papel desses países no mercado mundial, mercantilizando a educação para atingir seu objetivo.

Palavras-chave: Banco Mundial. Organismo Internacionais. Formação de Professores

¹ Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal do Pará, rodriguesnailil@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em meados do século XX, com o pós-guerra, a visão sobre a educação mudou, com o crescimento e fortalecimento cada vez mais evidente do capitalismo e da globalização. De acordo com Paulani (2008) esta nova fase do capitalismo teve como principal movimento a intensificação da valorização financeira, o que veio a contribuir com a chamada internacionalização e mercantilização da educação. O Estado deixa de ser provedor e passa a ter a função de avaliador, já que com a nova regulação oriunda da nova fase do liberalismo, é essencial que o Estado interfira/invista cada vez menos em políticas sociais, a qual a educação está inserida (KRAWCZYK, 2005). A educação passou a ser considerada uma zona em potencial para investimentos, sendo vista como uma commodities (BARRETO; LEHER, 2008), que conseqüentemente gera lucros, deixando de ser então um direito do indivíduo, para se tornar um serviço adaptado de acordo com a regra vigente do mercado.

A educação ganha um novo papel e o professor também. De acordo com Libâneo (2012) o sistema capitalista requer do docente um conjunto de habilidades, como treinamentos metodológicos e técnicos, além de uma constante formação continuada para a apropriação de novos domínios que vão surgindo ao longo do avanço da sociedade, fazendo com que este professor consiga suprir as necessidades apresentadas pelos alunos. Entretanto para o autor esse novo papel da educação não é adequado tendo em vista a finalidade que a mesma visa, cujo o objetivo final é o de solucionar as demandas adquiridas do próprio sistema.

No documento *Higher education: the lessons of experience* (Educação Superior: as lições da experiência) do BM (BANCO MUNDIAL, 1994) a educação é apontada como um dos principais fatores influentes no desenvolvimento econômico e social das grandes potências mundiais e nos países em desenvolvimento, como o Brasil. Os OI, em especial o BM, demonstram grande interesse no que tange a orientações para um melhor desempenho do país em nível social, econômico e político. O novo papel da educação, mais voltado para o mercado, afetou todos os níveis de ensino (básico e superior), e as modificações ocorridas influenciaram a identidade institucional, a cultura acadêmica, os objetivos da instituição, o papel de atuação do profissional que irá formar, entre outras. Essas alterações levaram a um processo de precarização, intensificação do trabalho e ao adoecimento dos docentes, pois é necessária uma adequação da educação que responda às exigências do sistema e o responsável por elas, na visão dos organismos internacionais são os docentes, logo eles que precisam se adequar (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

O capitalismo impõe conhecimentos e técnicas que são pré-requisitos básicos para se adentrar ao mercado de trabalho, o Brasil vem passando por reformas educacionais que usam como base as propostas indicadas por esse sistema. O BM mostra interesses quanto ao ensino em países periféricos, o qual orienta e investe em educação visando uma adequação aos interesses do capital. Para esse organismo, é necessário *“aumentar o capital humano – o principal ingrediente de uma produtividade maior e inovação mais rápida – é portanto, um desafio central para a região”* (BANCO MUNDIAL, 2014, p. XI). Com base no estudo de Schultz (1973) sobre a Teoria do Capital Humano, que defende uma qualificação que atenda às demandas do mercado, garantindo uma ampliação da produtividade econômica, Frigotto (2018 p.217) destaca

que a noção de capital humano sedimenta um reducionismo da concepção de ser humano a uma mercadoria de trabalho, ao confundir a atividade vital que produz e reproduz o ser humano e que é pressuposto das demais atividades humanas, à venda da força de trabalho humana (emprego) [...](FRIGOTTO,2018, p. 217).

Diante do contexto social, político e econômico do Brasil, o processo educativo tem passado por diversas mudanças, o que gera reformas no que diz respeito à formação de professores e à função dos mesmos. Com as reformas ocorridas na educação brasileira as políticas de formação dos professores sofreram influências de agências internacionais voltadas para a esfera econômica que tem interesse em orientar os processos formativos (inicial e continuado) dos docentes. Tal interesse ocorre porque essas agências internacionais elaboram, por meio de empréstimos e programas, orientações para a educação e o governo, como resposta a essa “ajuda”, estipula metas a serem atingidas, que conseqüentemente geram respostas a esses OI.

Neste artigo abordamos apenas o BM que tem orientado as políticas educacionais nos países em desenvolvimento, com a intenção de alcançar uma solução para a crise do capitalismo gerada a partir dos anos de 1970. O objetivo dessas orientações é formar trabalhadores que atendam às exigências produtivas, dominando técnicas e conhecimentos adequados. Porém, o BM possui uma preocupação específica quanto à formação de professores, pois os resultados alcançados em avaliações nacionais e internacionais dos estudantes são considerados negativos, o que afeta, na lógica desse organismo, a formação dos novos futuros trabalhadores que não conseguirão atender as exigências do mercado, já que tiveram um desempenho escolar insuficiente. A questão problema norteadora da pesquisa foi: Quais as permanentes relações do Banco Mundial com a política de formação de professores no Brasil?

A escolha do BM para a pesquisa está relacionada ao projeto de pesquisa “A Internacionalização da Educação Superior, os Organismos Internacionais e os Impactos nos Programas de Formação de Professores” aprovado e financiado pelo CNPq, cuja coordenadora é a professora Olgaíses Cabral Maués. O projeto de pesquisa visa estudar os OI e suas influências na educação e na formação de professores. Diante disso, há por parte dessa agência uma preocupação com relação à formação de professores e à educação superior.

Como relevância pessoal, tenho ciência de que conhecer a forma como é colocada as sugestões feitas pelo OI é de suma importância, pois como futura docente vejo a necessidade de entender como é realizada e implementada as políticas de formação de professores e em qual teoria e para qual finalidade elas estão sendo formuladas. Já que nossa formação profissional tem relação direta com orientações planejadas por empresas multinacionais que não são da área da educação.

Além disso, esta pesquisa tem uma grande relevância acadêmica, principalmente para a Faculdade de Educação (FAED) e para o Instituto de Ciências da Educação (ICED), pela possibilidade de socializar uma pesquisa de interesse público. Pois este estudo apresenta uma temática pouco trabalhada na graduação e também pode ajudar a comunidade acadêmica e não acadêmica a fazer uma reflexão acerca de quais concepções educacionais e humanas estamos formando nesse espaço de formação docente. Apresentando à comunidade autores (Leher, Maués, Frigotto, etc) que já dialogam sobre esta temática possibilitando assim uma melhor reflexão sobre o funcionamento do processo de formação de professores, para que assim ela compreenda e faça uma análise crítica quanto a própria formação.

O objetivo do artigo é de analisar o documento do BM publicado em 2014 e intitulado “Professores excelentes: como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe” buscando as possíveis relações com a Política Nacional de Formação de Professores, expressas no Decreto N° 8.752 de 2016 e no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei N° 13.005/2014.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, a qual, segundo Marconi e Lakatos (2003) trata do levantamento da bibliografia já publicada em formas de livros, revistas, publicações avulsas em imprensa escrita e documentos eletrônicos, possuindo oito etapas distintas as quais correspondem a “[...] a) escolha do tema; b) elaboração do plano de

trabalho; c) identificação; d) localização; e) compilação; f) fichamento; g) análise e interpretação; h) redação” (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 44). Também utilizamos a pesquisa documental a qual trará de uma “coleta de dados que está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (MARCONI E LAKATOS, 2003, p 174).

Os documentos analisados foram: “*Professores excelentes: como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe*” publicado pelo Banco Mundial em 2014, o Decreto Nº 8.752/2016 e do Plano Nacional de Educação de 2014 (meta 15), buscando revelar o que está neles contidos e identificando o que estava implícito em cada um, utilizando as técnicas da análise do discurso utilizando o método de Norman Fairclough (2016). A pesquisa foi dividida em três etapas.

A primeira etapa compreendeu o aprofundamento do estudo sobre os documentos já anunciados. A segunda etapa incluiu o levantamento das políticas, planos e ações sobre a formação de professores que tenham sido estabelecidas a partir do Decreto 8.752/2016 e do Plano Nacional de Educação (meta 15). A terceira etapa consistiu no estabelecimento dos nexos possíveis entre os Documentos do BM (2014) e a política, planos e ações em vigor. Todas as etapas exigiram um diálogo com a teoria que dá suporte a essas políticas, a concepção de educação explicitada e o caráter que é dado à formação de professores.

A EXCELÊNCIA DOCENTE NA ÓTICA DO BANCO MUNDIAL

O documento “Professores Excelentes: Como Melhorar a Aprendizagem dos Estudantes da América Latina e Caribe” (BANCO MUNDIAL, 2014) afirma que os professores desta região possuem um aspecto em comum, pois são reconhecidos como principais atores no que diz respeito aos esforços para melhorar a qualidade e os resultados educacionais. O BM deixa claro, neste documento, a responsabilização dos docentes, no que diz respeito à qualidade do ensino e ao desempenho do aluno nos resultados das avaliações educacionais.

O objetivo deste tópico é realizar uma análise sobre o documento, procurando evidenciar os principais elementos trazidos pelo Banco Mundial, em relação ao papel do professor no processo de aprendizagem dos estudantes. O documento está dividido em seis capítulos. O primeiro é uma análise em nível global e regional acerca da importância dos resultados educacionais para o crescimento econômico; o segundo traz uma apresentação do

desempenho dos professores em sala de aula nos países pertencentes a América Latina e Caribe; o terceiro, o quarto e o quinto capítulos apresentam as três principais áreas da reforma política de formação de professoras na América Latina e no Caribe. Essas três áreas principais são: política de recrutamento, programas para capacitação dos professores e a terceira sugere estratégias de motivação para os professores. Por fim, o sexto capítulo analisa o papel dos sindicatos de professores e a experiência nacional das reformas educacionais. O documento tem como foco as políticas de formação dos professores, que são melhor enfatizadas nos capítulos três, quatro e cinco.

O documento “Professores Excelentes: Como Melhorar a Aprendizagem dos Estudantes da América Latina e Caribe” elenca três principais objetivos, que são: 1. Referenciar o atual desempenho dos professores da América Latina e do Caribe e identificar as questões-chave; 2. Compartilhar evidências emergentes de reformas importantes das políticas de docência, que estão sendo implementadas nos países da América Latina e do Caribe; 3. Analisar o “espaço para manobras” política para promover a reforma na América Latina (BANCO MUNDIAL, 2014). Para o BM, a forma com que os alunos são ensinados e aprendem vai influenciar diretamente no rendimento futuro na universidade, pois a produção de professores eficazes depende de como foi a educação desse profissional em formação inicial.

No Quadro 1 apresenta-se as mensagens principais elaborada pelo BM em relação à educação na América Latina e Caribe, na qual fica evidente, o papel atribuído por esse OI à formação de professores e a responsabilização que é atribuída a esses profissionais.

Quadro 1- As mensagens principais do BM com relação à educação na América Latina e no Caribe.

Primeira mensagem	Qualidade do professor é igual ao rendimento educacional.
Segunda mensagem	A má formação inicial compromete a qualidade do professor e a não utilização de tecnologia da informação e comunicação (TIC) nas aulas diminuem o interesse dos alunos e conseqüentemente a qualidade do ensino.
Terceira mensagem	Não há na região professores de alta qualidade com exceção de Cuba.
Quarta mensagem	Um corpo docente de alta qualidade requer: recrutamento, capacitação e motivação.
Quinta mensagem	Haverá uma redução da população em idade escolar em metade dos países (Cone Sul), enquanto países pertencentes a América Central terão uma grande necessidade de professores, o que complica a efetivação de elevar a qualidade da educação.
Sexta mensagem	A responsabilização pela falta de qualidade docente é atribuída aos sindicatos, já que o grande impasse para este feito é político.

Fonte: adaptado de BANCO MUNDIAL, 2014.

Ao analisar essas mensagens pode-se observar que para o BM não há progresso na área da educação, pois o Banco aponta que os professores atuantes na educação básica não tiveram formação inicial adequada, o que resulta em um processo de ensino aprendizagem defeituoso, o que, por consequência influencia, no nível de rendimento tanto educacional como econômico do país.

As práticas docentes em sala de aula são ineficazes, é o que mostra o documento do pelo BM, pois o professor direciona 65% do tempo de aula em instrução, ao invés de utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), ou materiais didáticos disponíveis. Além disso, o relatório informa que o professor depende muito do quadro negro e limita o uso da TIC e expõe que *“a mágica da educação – a transformação dos insumos educacionais em resultados da aprendizagem – acontecem na sala de aula [...] A intensidade com que esse tempo de instrução é utilizado é um importante determinante da produtividade do gasto com a educação”* (BANCO MUNDIAL, 2014, p. 11). Dessa forma, o documento concluiu que o professor não consegue reter a atenção dos alunos, pois utiliza um método tradicional. Onde o professor é o sujeito detentor (transmissor) do conhecimento e o aluno um mero expectador (receptor), que recebe o conhecimento por meio de aulas expositivas, fazendo desse aluno apenas um depósito de conteúdo.

Sendo assim, ele acaba por perder um dia inteiro semanalmente, instruindo ao invés de fazer uso dos recursos didáticos disponíveis e tecnologias, o que tornaria a aula mais interessante e manteria a atenção dos alunos, resultando no avanço do processo de ensino e aprendizagem algo que seria mais rentável.

A importância da utilização dos meios tecnológicos, tem, para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2005), como finalidade a emancipação humana. Para Theis (2013) a sociedade da informação (sociedade em que há um crescimento quanto ao uso da TIC) é uma etapa transitória para uma sociedade do conhecimento onde se romperá a lógica informacional da Terceira Revolução Industrial. Porém, para Bianco *et al.* (2016) essa sociedade do conhecimento não é sobre um conhecimento geral e emancipador, como idealiza o documento da Unesco de 2005, mas trate-se de um conhecimento específico, o conhecimento economicamente útil. Outra constatação do relatório do BM é que quando comparado com países desenvolvidos, pertencentes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento e Econômico (OCDE), percebe-se que não há na região da América Latina (exceto Cuba) professores de alta

qualidade. Ainda segundo o BM (2014) para se obter um corpo docente de alta qualidade são necessários três passos, o recrutamento, a capacitação e a motivação, os quais só serão obtidos por meio de reformas políticas para formação de professores.

De acordo com a UNESCO (2015) dos países pertencentes à América Latina e Caribe, somente Cuba alcançou os seis objetivos estipulados durante o Fórum Mundial de Educação em Dakar, diferente do Brasil que atingiu apenas 2 dos 6 objetivos mundiais para a educação. Os objetivos traçados previam que desde o firmamento do compromisso iniciado no ano 2000 até os próximos 15 anos seguintes, todos os 164 países participantes do evento conseguissem atingir os objetivos, que são: 1. Educação e cuidados na primeira infância; 2. Educação primária universal; 3. Habilidades para jovens e adultos; 4. Alfabetização de adulto; 5. Paridade e igualdade de gênero; 6. Qualidade da educação. O relatório Educação para todos 2000-2015: progressos e desafios (2015) ressalta ainda que serão necessários investimentos financeiros (aproximadamente 20 bilhões de dólares anuais) para que seja cumprida com êxito a missão da iniciativa Educação para Todos proposta até o ano de 2030.

Nos próximos anos está prevista uma redução da população em idade escolar nos países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), isso é um fator positivo pois poderia elevar a qualidade dos docentes, já que haverá uma menor quantidade de alunos, em contra partida a região da América Central necessitará de mais professores, o que implica um desafio para a América Latina e o Caribe em relação à progressão da qualidade de todo seu quadro docente.

Na visão desse OI, o que impede a elevação da qualidade dos docentes são os sindicatos dos professores, pois este movimento desafia através de protestos o impedimento de reformas que considera como ameaças aos interesses e ideias dos professores. Em contrapartida, Maués (2012) destaca que o sindicato é uma organização cuja o objetivo principal é o de defender os interesses dos professores da educação básica do ensino público. Dal Rosso (2011) aponta que as condições de trabalho e as políticas educacionais foram as principais causas para o surgimento e fortalecimento dos sindicatos. Podemos então considerar que o que o BM (2014) alega como sendo empecilho ao avanço educacional é contraditório quanto ao objetivo central do movimento sindical de professores, já que eles lutam para uma melhoria na qualidade de ensino, formação docente e estrutura dos ambientes educacionais.

O grande impasse é que os sindicatos visam uma melhoria na infraestrutura e também na formação de cidadãos com autonomia e que sejam críticos/reflexivos. E o BM não visa

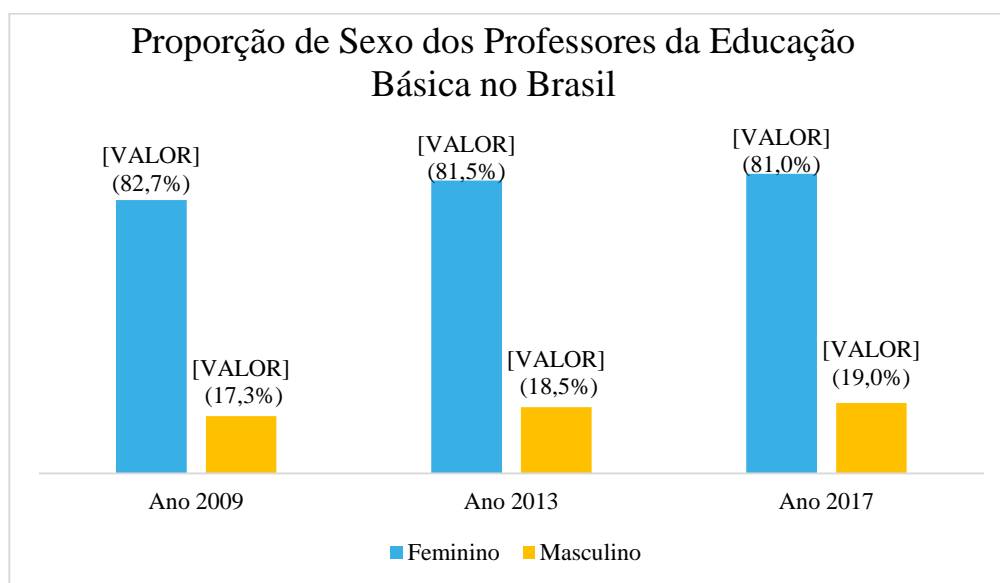
essa formação humanística e crítica, ele objetiva uma formação técnica para formar mão de obra barata e qualificada, então o OI marginaliza o movimento docente, colocando eles como o principal fator de não avanço na qualidade educacional do país, quando na realidade os sindicatos de fato lutam para assegurar essa melhoria para a população.

Ao apresentar sobre quem são esses professores e o contexto da sua área de atuação como docente da América Latina e Caribe, o documento cria sete categorias. Dividiremos da seguinte forma: gênero e status socioeconômico, níveis de educação formal e habilidade cognitiva, nível salarial, trajetória salarial, estabilidade de emprego e o excesso de oferta.

O ponto de partida é com relação ao sexo dos professores, que é majoritariamente feminino, apresentando um percentual de aproximadamente 75% de mulheres na profissão do magistério. Quanto ao status socioeconômico é considerado baixo, até antes mesmo de sua formação, pois sua origem é humilde, o que de acordo com o documento limita seu nível de conhecimento, fazendo com que esta escolha, uma graduação em pedagogia ou outras licenciaturas, seja a possível, o que, por consequência, fragiliza a formação dos futuros professores. Já o nível de educação formal, atualmente é considerado alto se comparado à formação que se tinha a vinte anos atrás, onde professores com diploma de nível superior chegavam a 19%, enquanto hoje ultrapassa os 60%. Apesar de se ter esta melhora considerável, os estudantes que escolhem cursos de licenciatura são considerados academicamente fracos quando comparados em nível global com outros estudantes do ensino superior (BANCO MUNDIAL, 2014).

Vianna (2001) destaca que nem sempre esse cenário feminino no magistério foi predominante, somente a partir do século XX é que ocorreu essa transformação. Ainda de acordo com a autora, tais alterações são em decorrência das mudanças econômicas, demográficas, sociais, culturais e políticas, por qual o Brasil estava passando. O ensino primário era uma das poucas atividades assalariadas da qual a mulher poderia exercer sem grandes julgamentos por serem mulheres, no século XX. Para Bruschini (1988) correntes teóricas ideológicas defendiam a ideia de que o magistério era para a mulher já que ela era dotada biologicamente pelo instinto materno e de socialização com crianças, onde a escola nesse contexto seria somente uma extensão dos afazeres já realizados em casa.

Gráfico 1 – Proporção de Sexo dos Professores da Educação Básica no Brasil - 2009-2013-2017.



Fonte: adaptado de Carvalho, 2018.

O Gráfico 1 demonstra a proporção de homens e mulheres na docência da educação básica brasileira e reafirma a grande predominância feminina na educação de nível básico. Analisando o gráfico, podemos notar um pequeno decréscimo (1,7%) na proporção de professoras durante 8 anos, mas ainda sim o maior percentual docente da educação básica no Brasil é majoritariamente feminino. Fanfani (2008) analisa que com essa feminização, a carreira do magistério passou a ser desvalorizada socialmente, implicando nos problemas atuais, tal como a subordinação da profissão, condições de trabalhos precárias e a falta de valorização salarial.

Quanto à formação desses professores, Carvalho (2018) comenta que a formação em nível superior teve um aumento durante esses anos, atingindo em 2017 o percentual de 78,4% e a formação em nível médio é de aproximadamente 20%, e vem diminuindo depois das estratégias do PNE para a formação de professores. A autora ressalta que “o requisito mínimo para o professor atuar na educação básica é a qualificação em nível superior”

(CARVALHO, 2018, p. 39). No entanto, a qualidade dessa formação oferecida é questionável, por isso é necessária uma formação continuada para atender as novas demandas do sistema educacional.

O salário dos professores é menor do que os salários pagos a outros profissionais de nível superior, entretanto é argumentado pelo documento que um professor trabalha menos horas semanais se comparado com outros profissionais equivalentes de nível superior, com uma variação de aproximadamente dez horas de diferença. Quanto à progressão salarial dos professores acontece de maneira lenta, quando comparada a outros profissionais que tem uma progressão gradual de salário em relação ao grau de experiência acumulado (BANCO MUNDIAL, 2014).

Segundo Souza, Luz e Tavares (2012) esta falta de valorização dos professores ocorre pela não prioridade quanto aos investimentos públicos o que afeta diretamente na escolha de um indivíduo pela profissão do magistério, sendo um dos critérios para ingressar, ou não, em um curso de licenciatura. Outra questão apontada pelo documento é a insatisfação com a carreira, de quem já está atuando na docência, em função, dentre outros fatores, do salário e do plano de carreira. Para o BM (2014), a profissão do magistério, apesar de ser pouco atraente com relação ao salário, ganha pontos atrativos em relação às férias, benefícios de saúde e aposentadoria, e é considerado um emprego desejável, pois passa uma certa segurança de estabilidade principalmente para mulheres, pois se tem uma probabilidade muito maior de serem e permanecerem empregadas.

Entretanto, Medeiros e Reis (2012) em seu estudo destacam que o trabalho docente no Brasil é historicamente marcado pela precarização da condição do trabalho, no tocante às condições de trabalho, a forma de contratação (temporários, substitutos), o tamanho das turmas, a falta de material escolar, carteiras quebradas, banheiros não higiênicos e outros fatores. Medeiros e Reis (2012), consideram que a falta das condições básicas de trabalho contribui para o adoecimento docente, em função da sobrecarga de atividades, isso contraria toda a afirmação citada no relatório do BM (2014) sobre os pontos positivos do magistério.

A procura pelos cursos de licenciatura cresceu muito na América Latina e no Caribe na última década, pois se tem uma procura muito grande de indivíduos para ingressarem nas licenciaturas, já que o acesso é mais fácil, tanto na esfera pública como na privada, o que atrai um número significativo de pessoas para essas áreas.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) os alunos que cursam graduação na modalidade presencial optam por cursos

de bacharelados, enquanto os alunos que optam pela modalidade a distância cursam licenciaturas. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2017 divulgado pelo INEP 70,6% das matrículas nos cursos de licenciatura são do sexo feminino, enquanto o sexo masculino representa somente 29,4%. Dessas matrículas, 37,9% estão na esfera pública, em oposição na esfera privada esse número chega ao total de 62,1% (INEP, 2017).

Contudo, o documento do Banco Mundial (2014) aponta que por conta desse processo de ingresso e formação profissional carente, os países pertencentes a América Latina e Caribe não atraem pessoas com alta capacidade e potenciais que possam contribuir para um sistema educacional de classe mundial, já que os padrões de ingresso são falhos, a qualidade desses candidatos são insuficientes e a carreira acaba por não atrair um candidato altamente qualificado para o magistério

Como já foi citado, o relatório orienta sobre três áreas principais no que diz respeito à formação dos professores, sendo a primeira o recrutamento de melhores professores. Para atrair um bom professor é necessário atrair um estudante talentoso para que este sim possa atuar no magistério, pois somente assim haverá um avanço no sistema educacional. Contudo, para atrair esse tipo de pessoas é necessária uma modificação na estrutura salarial, prestígio da profissão, seletividade de ingresso e a qualidade da formação (BANCO MUNDIAL, 2014). Para atingir este objetivo algumas estratégias são sugeridas, como o aumento de seletividade, aumento dos padrões para ingresso para formação de professores, aumento na qualidade da formação de professores, aumento dos padrões de contratação, aumento da seletividade de professores também para a próxima década.

Em Mato Grosso do Sul na Rede Estadual de Ensino de Campo Grande foi criado um projeto inovador para atrair jovens talentos para a docência, intitulado como Programa Estadual de Incentivo à Carreira Docente, é uma iniciativa em parceria com a organização não governamental Ensina Brasil, o qual foi instituído em 2017 pela Rede Estadual de Ensino, por meio do Decreto Nº 14.602 de 31 de outubro de 2016. De modo experimental foi implantado na Rede Estadual de Ensino em sete escolas de níveis de ensino Fundamental e Médio. O programa funciona da seguinte forma de acordo com a Secretária de Educação, Maria Cecilia Amendola Motta

o projeto trabalha com jovens, recém saídos da Universidade que não necessariamente possuem experiência em sala de aula, mas tem vontade de se tornarem professores. Isso é muito bom porque nem sempre a carreira docente é atrativa e, por meio deste programa, eles recebem capacitação continuada que permite que desenvolvam esse perfil de liderança, atuando em sala de aula, com foco

na aprendizagem. É um projeto que tem condições de ser ampliado e trazer novos profissionais para a educação (MOTTA, 2017).

É importante salientar que esse programa é inspirado em um modelo de formação de lideranças da rede *Teach For All* (rede global de 46 organizações parceiras), a qual a Ensina Brasil faz parte. Os professores selecionados que atuarão no projeto, são capacitados e acompanhados durante dois anos e depois contratados. É preciso que se faça uma maior e melhor análise sobre essa experiência, que ainda não foi avaliada e cujos conteúdos de formação precisa ser analisados.

A segunda área que o documento do BM orienta é a de preparação de professores excelentes, cujo objetivo central é capacitar professores que já estão contratados, a fim de torná-los mais eficazes no sistema educacional, pois é necessário avaliar, gerenciar e apoiar o desenvolvimento individual desse profissional. As estratégias para atingir tal objetivo são: avaliação, desenvolvimento profissional e gestão (BANCO MUNDIAL, 2014).

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) junto com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação (Caed) elaboraram um programa de capacitação de Desenvolvimento Profissional do Mais Alfabetização, que é um curso *on-line* com duração de 40 horas, sendo dividido em três módulos, que ao final de cada um é feita uma avaliação. De acordo com os idealizadores, o objetivo desse programa é de preparar os profissionais que trabalham com alfabetização a fim de avaliar os resultados obtidos e assim refletir sobre o trabalho e também criar planos de ações (UNDIME, 2018). Segundo União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), aderiram ao programa mais de 40 mil escolas públicas de ensino fundamental.

Para o diretor de Currículos e Educação Integral do Ministério da Educação, Raph Gomes Alves o objetivo final desse programa é o de “*garantir que os estudantes estejam plenamente alfabetizados até o final do segundo ano do ensino fundamental*” (ALVES, 2018). Raph Alves é uma das lideranças da Fundação Lemann, e a UNDIME tem parcerias com instituições como UNICEF, Instituto Natural, Fundação Lemann entre outras empresas, as quais também são colaboradoras da organização Todos Pela Educação (organização sem fins lucrativos que monitora a qualidade educacional do país), que mostram grande interesse na participação e execução desses programas de capacitação e formação de professores. As ações apoiadas por essas empresas são medidas que sofrem influências das orientações dos OI para melhorar a qualidade da educação no Brasil, fazendo com que o país atenda as orientações propostas.

A última área orientada pelo BM é a de motivação dos professores, pois somente assim haverá um melhor desempenho, cujo o objetivo é o de motivar os professores a aprimorar sua habilidade, sempre visando contribuir do melhor modo em sua carreira docente. As estratégias para atingir esta última orientação são: recompensas profissionais, pressão por responsabilidade, incentivos financeiros e pagamento de bonificações.

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo lançou em 2008 o Programa de Qualidade da Escola (PQE), de acordo com a Nota disponibilizada pela Secretaria da Educação, o PQE está alinhado com os compromissos estabelecidos pelo Todos Pela Educação, o qual criou cinco metas que visam a melhoria da qualidade de ensino da rede pública. Essas metas de qualidade que precisam ser atingidas foram estabelecidas com o objetivo de alcançar os índices de qualidade de educação obtidos pelos países pertencentes à OCDE, os quais são considerados os melhores em termos de qualidade educacional.

O programa prevê pagamento de bonificações para as escolas que aprimoram a qualidade de ensino ofertada, tudo é feito a partir dos resultados obtidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado (IDESP), o qual avalia a qualidade das escolas de São Paulo. Segundo a Secretaria de Educação, *“qualquer avanço no IDESP de um ano para outro é bonificado, mas o quanto se bonifica depende do quanto a escola cumpre da meta estipulada.”* (SEE/SP, 2017, p. 10).

No Estado do Ceará também existem pagamentos de bonificações para as escolas, que podem ser direcionados para a bonificação de professores ou funcionários. Tudo ocorre por meio do Prêmio Escola Nota Dez, criado através da Lei Nº 14.371, de 19 de junho de 2009 (BRASIL, 2009), o qual dispõe *“valorizar a gestão educacional com foco na aprendizagem do aluno, servindo como estímulo ao desenvolvimento da excelência no âmbito do sistema público de ensino no Estado.”* (SEDUC/CE, 2018, site). O prêmio é repassado para até 150 escolas que atinjam resultados satisfatórios nos Índice de Desempenho Escolar no 2º Ano do Ensino Fundamental, Índice de Desempenho Escolar do 5º Ano do Ensino Fundamental e Índice de Desempenho Escolar do 5º Ano do Ensino Fundamental.

O documento do BM (2014) deixa claro que é de fundamental importância as reformas que vem ocorrendo nas políticas de formação de professores, pois é somente a partir dela é que a América Latina e o Caribe estarão avançando para alcançar um nível mundial de excelência do sistema educacional, correspondendo assim às expectativas e padrões desejáveis em relação a professores excelentes, conseqüentemente elevando esses países nos rankings internacionais de avaliação educacional.

POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Brasil tem efetuado mudanças nas políticas de formação de professores, como um dos participantes de programas de testes internacionais e nacionais de avaliação, como por exemplo, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Prova Brasil, Provinha Brasil, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e da pesquisa internacional Talis Inquérito Internacional sobre Ensino e Aprendizagem, elaborada e aplicada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O país então vem buscando elaborar uma legislação que atenda às recomendações oriundas desses OI, tanto do BM, quanto da OCDE em decorrência da posição insatisfatória em que tem ocupado no ranking a nível internacional. De acordo com o ranking acerca da qualidade da educação brasileira apresentado pela OCDE, o Brasil atinge a pontuação de 1,4 numa escala de 0 a 10, ficando à frente somente do México (0,6) e África do Sul (0,7), ocupando a 36ª posição dentre 38 países participantes (OCDE, 2018).

Em 2015, o Pisa avaliou 72 países e de acordo com os resultados obtidos, “*o aluno médio na OCDE obteve 486 pontos*” (OCDE, 2018) em domínio de leitura, matemática e ciências. O Brasil não atingiu essa média mínima, pois obteve a pontuação de 395 pontos, o que está muito abaixo da média mínima (486 pontos) considerada satisfatória pela organização (OCDE, 2018).

Dentro desse contexto, foi aprovado o Decreto Nº 8.752 de 9 de maio de 2016 (BRASIL, 2016), que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Esta legislação prevê a organização de programas e ações em regime de colaboração entre os sistemas de ensino de acordo com o que é disposto no Plano Nacional de Educação (PNE). Este Decreto foi sancionado pela então presidente Dilma Roussef, e estabeleceu diretrizes para a Educação Nacional. O Decreto Nº 8.752/16 (BRASIL, 2016) está dividido em três capítulos o qual o capítulo um diz respeito ao princípios e objetivos, o capítulo dois em relação à organização, planejamento e programas e ações integrados e complementares e, por fim, o terceiro capítulo expõe as disposições gerais.

O artigo 2.º, que está localizado no capítulo um, dispõe sobre 14 compromissos que possam “*atender às especificidades do exercício de suas atividades e aos objetivos das*

diferentes etapas e modalidades da educação básica, a formação dos profissionais da educação” (BRASIL, 2016). Para Germinari e Gonçalves (2016, p. 66) esses compromissos irão assegurar

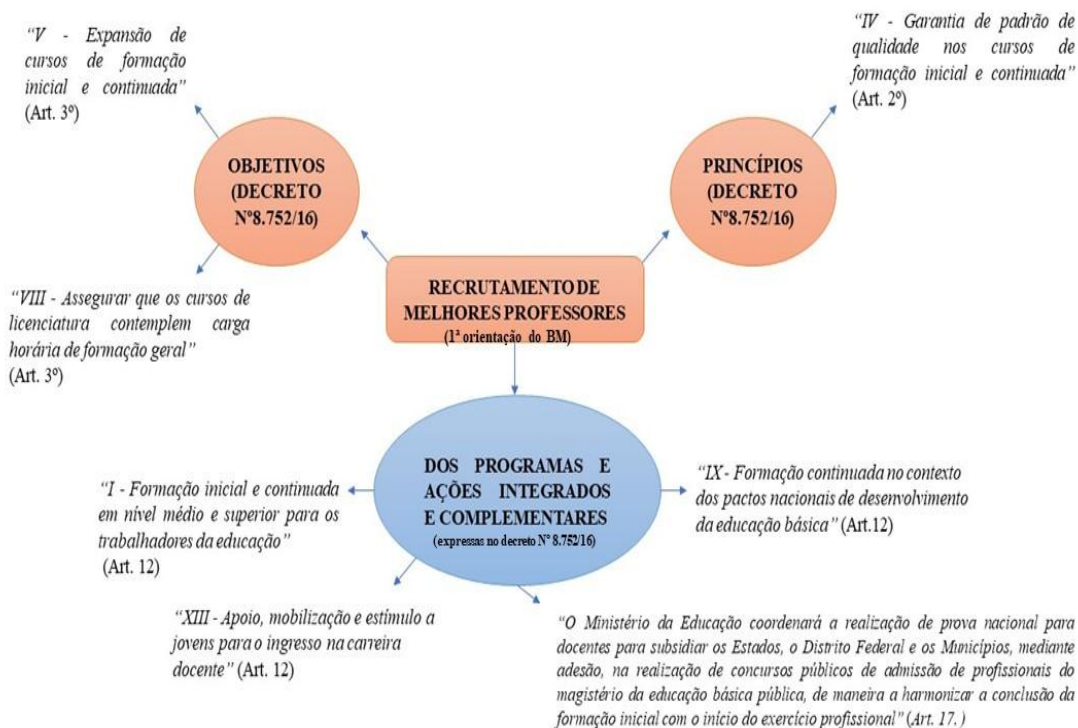
padrões de qualidade nos cursos de formação inicial e continuada, articulação entre teoria e prática no processo formativo, fundada no domínio de conhecimentos científicos, pedagógicos e técnicos específicos, a compreensão dos profissionais da educação como agentes fundamentais do processo educativo, com a sua consequente valorização traduzidas em políticas permanentes de estímulo à profissionalização e a progressão na carreira. (GERMINARI; GONÇALVES, 2016, p. 66).

O Decreto Nº 8.752/16 em seu artigo 3º, localizado também no capítulo um, tem como principal objetivo instituir a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica “*que deverá articular ações das instituições de ensino superior vinculadas aos sistemas federal, estaduais e distrital de educação, por meio da colaboração entre o Ministério da Educação, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios*” (BRASIL, 2016) e para isso é considerada a meta 15 do PNE, a qual trata sobre a formação de professores e que foi regulamentada através da aprovação da Lei Nº 13.005, de 24 de junho de 2014 (BRASIL, 2014).

De acordo com o documento há três áreas (recrutamento, capacitação e motivação) apontadas como sendo os “*três passos fundamentais para um corpo docente de alta qualidade*” (BANCO MUNDIAL, 2014, p. 2). Ao analisar o Decreto Nº 8.752/16 (BRASIL, 2016), pode-se notar que as orientações contidas no relatório do BM de 2014, acerca dessas três áreas principais foram abordadas na elaboração desse Decreto nos seus princípios, objetivos e planejamento de programas e ações da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica que instituiu o Programa Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica.

A Figura 1 foi elaborada na tentativa de estabelecer de forma gráfica, mais visual, as possíveis relações identificadas, neste estudo, entre as recomendações emanadas do documento do Banco Mundial de 2014 e o Decreto Federal que instituiu em 2016 uma nova Política de Formação de Professores.

Figura 1 –Relação entre o Decreto Nº 8.752/16 e o Relatório do Banco Mundial (2014)



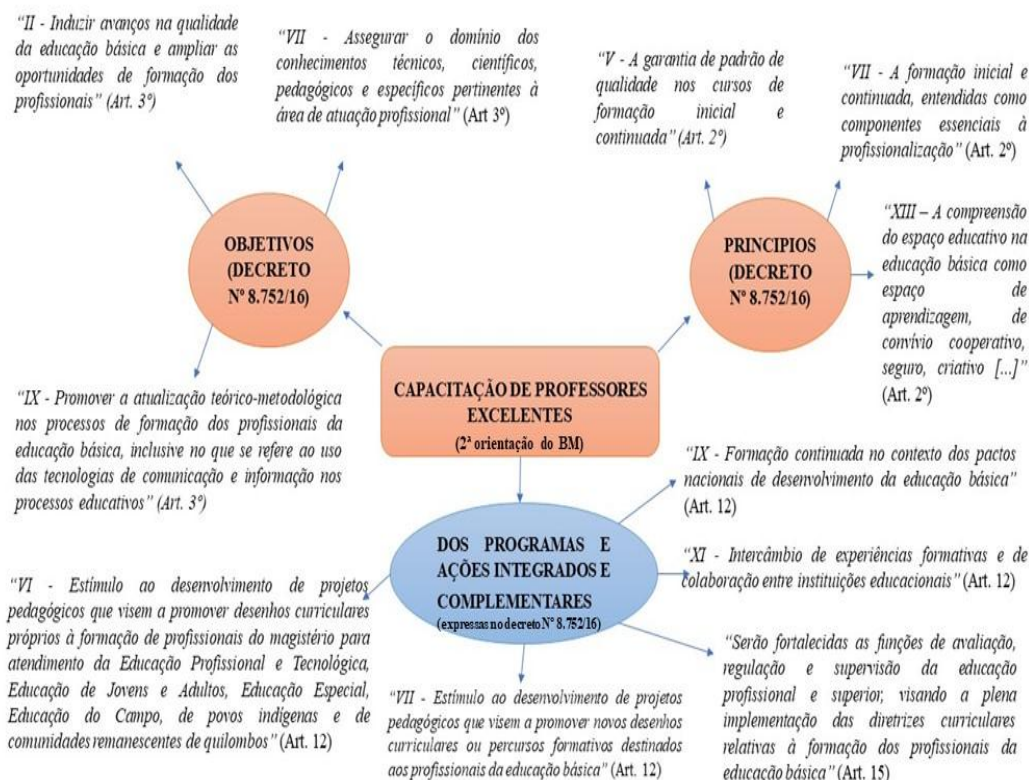
Fonte: Próprio autor.

A Figura 1 retrata o que o Decreto Nº 8.752/16 (BRASIL, 2016) (Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica) em sua construção de objetivos e princípios incorporou, com as devidas mediações, as orientações do relatório do BM, já que propõe-se a expandir cursos de formação inicial e continuada, apoiar e estimular o ingresso e atração de jovens para o magistério e garantir uma qualidade nos cursos de formação de professores. Para alcançar esses objetivos e princípios, o Decreto estabelece que haja um Planejamento Estratégico Nacional que se relacione com as iniciativas já exposta na Figura 1 e que segundo o Banco Mundial (2014) são aspectos que precisam ser trabalhados para a elevação na qualidade educacional.

O relatório do BM propõe que para recrutar melhores professores é necessário um *“alinhamento de um conjunto complexo e inter-relacionado de fatores que pode ser difícil e lento de mudar”* (BANCO MUNDIAL, 2014, p. 23). Esses fatores são estrutura salarial, prestígios da profissão, expansão para o ingresso em cursos de formação de professores e uma qualidade nesses cursos de formação. Se alcançado esse desafio, conseqüentemente

umentaria a qualidade desses futuros professores ou professores já atuantes na educação básica.

Figura 2 – Esquema Demonstrativo da Relação entre o Decreto Nº 8.752/16 e o Relatório do Banco Mundial (2014) para a Capacitação de Professores Excelentes

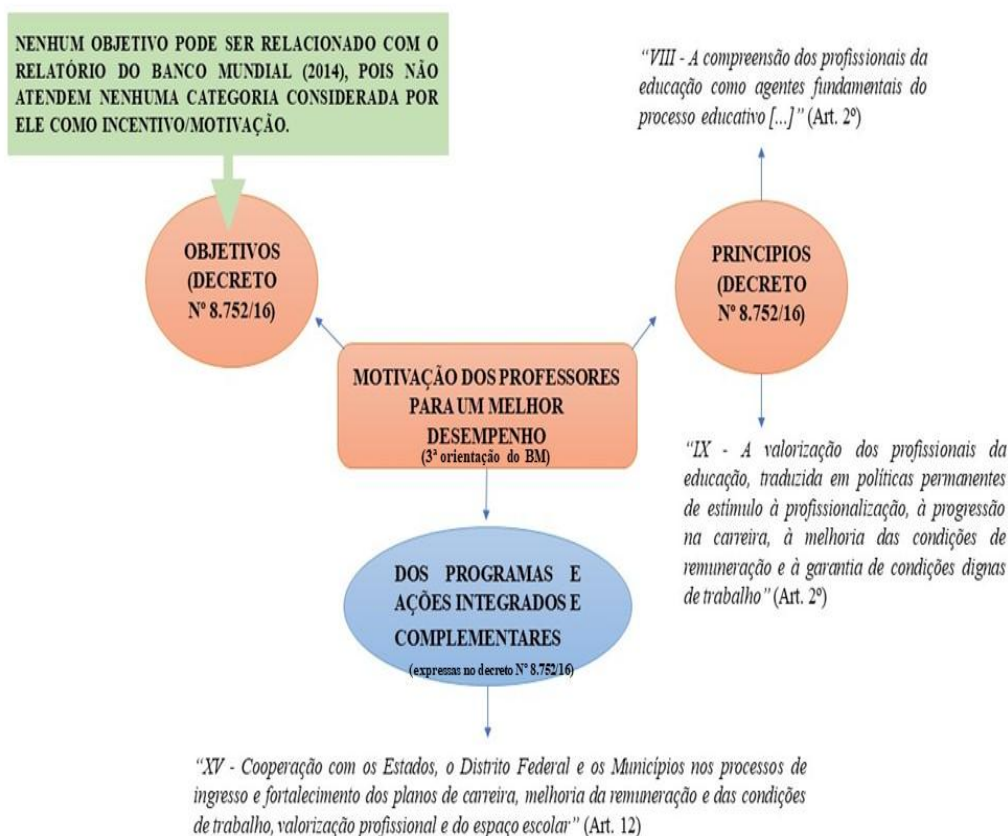


Fonte: Próprio autor

O segundo fator a ser melhorado é a capacitação dos professores, o BM aponta que para torna-lo eficaz é necessário *“avaliar, gerenciar e aprimorar o desenvolvimento individual da sua capacidade e criar uma comunidade profissional de professores”* (BANCO MUNDIAL, 2014, p. 34). Nessa orientação, para preparar professores excelentes o relatório aponta quatro tarefas essenciais: 1. Indução; 2. Avaliação; 3. Desenvolvimento Profissional e 4. Gestão. O Decreto de 2016 também salienta esses aspectos indicados pelo BM e em seus objetivos e princípios pode-se observar que tratam a respeito do desenvolvimento profissional e avaliação, quando prevê uma atualização teórico-metodológica nos processos de formação, destacando o espaço educativo como formativo e a formação continuada como forma de

melhorar desenvolvimento profissional desse professor, buscando garantir um padrão de qualidade nos espaços de formação de professores. Para cumprir tais objetivos e princípios o Planejamento Estratégico Nacional também se articula com iniciativas voltadas para estimular o desenvolvimento profissional dos docentes, socialização de experiências a fim de colaborar com seu crescimento e fortalecer métodos avaliativos com a intenção de aperfeiçoar e melhorar a qualidade da educação. Ainda sobre esses objetivos e princípios, podemos destacar “uso das tecnologias de comunicação e informação nos processos educativos” (BRASIL, 2016) o qual atende a orientação do Banco Mundial (2014) e UNESCO (2005) sobre a importância e utilização da TIC como forma de melhorar a qualidade do ensino.

Figura 3 – Esquema Demonstrativo da Relação entre o Decreto Nº 8.752/16 e o Relatório do Banco Mundial (2014) para a Motivação dos Professores para um Melhor Desempenho



Fonte: Próprio autor

O demonstrativo apresentado na Figura 3 trata sobre a motivação dos professores, para o Banco Mundial (2014), as motivações são definidas como recompensas profissionais, prestígio profissional, incentivos financeiros e pagamentos de bonificações. Quanto aos objetivos e princípios do Decreto N° 8.752/16 (BRASIL, 2016) encontramos duas preocupações no que se refere a motivações, um trata sobre o prestígio pois ao entender a importância desse professor estamos reconhecendo que sua profissão é respeitável e outro princípio que corresponde sobre a valorização desse profissional em relação a sua carreira e condição de trabalho digna. Não foi possível fazer nenhuma relação dos objetivos expressos no Decreto com o relatório do BM no que tange a motivações para professores, pois nenhum se encaixa no que é designado como incentivo para um melhor desempenho desse profissional. Como Planejamento Estratégico Nacional é referido que haja em forma de cooperação entre os entes federados, um fortalecimento quanto a valorização, melhoria e planos de carreiras adequados à profissão docente. O propósito dessa valorização para o BM é o de garantir por meio dessas medidas incentivadoras um melhor desempenho dos professores no ensino.

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE 2014: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O Banco Mundial (2011) aponta que a *“educação melhora a qualidade de vida das pessoas em formas que transcendem os benefícios para o indivíduo e para a família, incluindo os benefícios de prosperidade econômica e menos pobreza e privação”* (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 1). Neste mesmo documento, intitulado *“Learning for all: Investing in people’s knowledge and skills to promote development”* o papel da educação é visto como um fator importante para o progresso econômico. Para o Banco Mundial (2014) a formação (inicial, continuada e profissional) dos docentes atuantes ou que atuarão no campo educacional é importante para que a educação seja de boa qualidade. Com esse discurso foi sancionado, também pela Presidente Dilma Rousseff, o PNE, Lei N° 13.005/2014 (2014-2024) que elaborou 20 metas para melhorar a qualidade da educação brasileira, dentre todas essas metas, uma específica (meta 15) a qual já foi citada anteriormente, tem como foco principal a Formação de Professores e visa

[...] garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de

nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (BRASIL, 2014).

A meta 15 apresenta 13 estratégias para atingir o objetivo de que todos os professores da educação básica possuam formação em nível superior. A exemplo disso, temos algumas estratégias, que são: 1. financiamento estudantil para alunos de licenciaturas; 2. programas permanentes de iniciação à docência; 3. programas específicos de formação que atendam as especificidades das comunidades indígenas, quilombolas, do campo e da educação especial; 4. Valorização das práticas de ensino e dos estágios nos cursos de formação; 5. promoção da reforma dos desenhos curriculares dos cursos de licenciatura para que eles se articulem com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); 6. Avaliação dos cursos para garantir o cumprimento das diretrizes curriculares, entre outras (BRASIL, 2014).

Os objetivos desta meta 15 são de criar até o ano de 2015 uma Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação, o qual segundo o Observatório do PNE (2018) foi atingida em 2017. Ou seja, foi considerado que o Decreto Nº 8.752/16 (BRASIL, 2016) significa a concretização do objetivo. Essa meta tem relação direta com os incisos I, II e III do caput do art. 61 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, implantada pela Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996).

O Banco Mundial (2014, p. 26) sugere que haja um incentivo para “atrair os melhores formandos do ensino médio para o magistério”, sendo assim foi estabelecida a estratégia 15.2 que prevê um financiamento estudantil para os estudantes matriculados em cursos de licenciaturas, porém só estimula esse financiamento se o curso em que esse estudante está matriculado tiver avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Essa estratégia tem relação também com uma orientação do documento do BM de 2014, quanto a ampliação do padrão de ingresso em cursos de formação de professores, e para isso o Governo brasileiro vem consolidando o apoio ao Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (Prouni) com a finalidade de atender a essa orientação do BM, segundo o site do MEC (2018) os alunos que cursam licenciaturas tem um benefício, que é a redução dos juros do empréstimo pelo FIES e o Prouni garante bolsas parciais ou integrais a esses alunos.

Outra relação que podemos destacar a partir desses programas de financiamento estudantil, é o que o documento do Banco Mundial (2014) aponta sobre o desenvolvimento profissional. Em relação a isso, o MEC (2018) em seu site afirma que esses programas (FIES e Prouni) têm compromisso com os professores que buscam qualificação profissional em licenciaturas, pois esses profissionais possuem incentivos por meio do FIES e Prouni através

de concessão de bolsas (integrais, parciais ou diminuição dos juros do empréstimo) para professores das redes públicas da educação básica.

Outra orientação contida no documento do Banco Mundial (2014), diz respeito a qualidade dos programas de formação de professores, que segundo o BM, é insuficiente. O tempo de duração com práticas em escolas do programa de formação de professores Cubano é de aproximadamente 5.600 horas (5 anos), o que o BM considera como adequado, enquanto outros países da América Latina e Caribe exigem limites menor de tempo para programas de formação de professores (BANCO MUNDIAL, 2014). Os cursos de licenciaturas no Brasil, por exemplo, tem uma duração de 4 anos (3.200 horas) e de acordo com a Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015 esse período é dividido da seguinte forma: 400 horas prática como componente curricular, 400 horas para o estágio supervisionado, 2.200 horas dedicadas às atividades formativas e 200 horas de atividades teórico-práticas (BRASIL, 2015). A estratégia para melhorar esse cenário foi a estratégia 15.3, a qual prevê uma ampliação de programas de iniciação a docência para estudantes que ingressam em cursos de licenciaturas para que eles possam ter um treinamento de pre-serviço a fim de melhorar a qualidade de sua formação.

Para tentar minimizar as falhas contidas no processo de formação dos professores (inicial), foi criado o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) foi instituído pelo Decreto Nº 7.219, de 24 de junho de 2010 (BRASIL, 2010). É ofertado para Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas por meio de editais, as quais submetem projetos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que é a responsável pelo programa. O programa paga bolsas por meio da própria CAPES, existem quatro modalidades de bolsas, sendo: 1. Iniciação à docência (para discentes de cursos de licenciaturas), recebe o valor de R\$400,00; 2. Professor supervisor (professor de educação básica) recebe o valor de R\$765,00; 3. Coordenador de área (docente da licenciatura e coordenador do projeto), recebe o valor de R\$1.400,00 e o 4. Coordenação institucional (docente da licenciatura e coordenador do projeto na instituição), recebe um valor de R\$1.500,00 (CAPES, 2018).

Outro programa que tem como objetivo o aperfeiçoamento da formação de professores é o Programa de Residência Pedagógica (uma ação da Política Nacional de Formação de Professores) foi estabelecido pela Portaria Nº 38, de 28 de fevereiro de 2018 (BRASIL, 2018), cujo o objetivo central é o de implantar projetos nas escolas de educação básica visando estabelecer relações entre a formação teórica obtida nos cursos de licenciaturas e a prática profissional docente (CAPES, 2018). As atividades previstas para os discentes das

licenciaturas que participam do programa é a intervenção pedagógica e regência em sala de aula com a intenção de lhe preparar com habilidades e competências afim de qualifica-lo para uma atuação de qualidade na educação básica. Assim como o Pibid, o Programa de Residência Pedagógica também tem 4 modalidades de bolsas, que são: 1. Residente (discente de curso de licenciatura, cursando a partir do 5º período) recebe o valor de R\$400,00; 2. Coordenador Institucional (docente da IES responsável pelo projeto institucional) recebe o valor de R\$ 1.500,00; 3. Docente Orientador (docente que orientara o estágio dos residentes) recebe o valor de R\$1.400,00 e o 4. Preceptor (professor da escola de educação básica que acompanha os residentes na escola) recebe o valor de R\$ 765,00 (CAPES, 2018).

A estratégia 15.7 trata sobre a avaliação, regulação e supervisão do Ensino Superior, que é entendida pelo documento do Banco Mundial (2014) como uma garantia de melhorar a qualidade dos espaços de formação de professores e conseqüentemente a qualidade dos mesmos. Para Robert Verhine (2015, p. 605) a regulação “é caracterizada pela aplicação e acompanhamento de regras e normas de natureza obrigatória que são estabelecidas e fiscalizadas por uma agência pública legalmente constituída para tal fim”, ou seja essa ferramenta usada pelo Governo e orientada pelo documento do BM (2014) tem a função de fiscalizar o processo de formação de professores com o propósito de saber se esse processo formativo atende as especificidades da educação básica do ensino público. Para Verhine (2015) a avaliação é vista como um método de obtenção e levantamento de informações ou dados sobre o que está sendo avaliado, com a função de tomada de decisão sobre o que foi alcançado. A avaliação então é o processo de verificação com resultados brutos acerca da formação de professores, com a finalidade de determinar a qualidade do ensino oferecido nesses ambientes formativos, se é eficaz ou insatisfatório em relação aos critérios avaliativos estipulados.

O Decreto Nº 7.480 de 17 de abril de 2011 (BRASIL, 2011), criou a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), que tem por objetivo regular e supervisionar as IES (públicas e privadas), é a responsável de assegurar que a legislação educacional seja cumprida, tudo com a intenção de melhorar a qualidade do ensino (MEC, 2018).

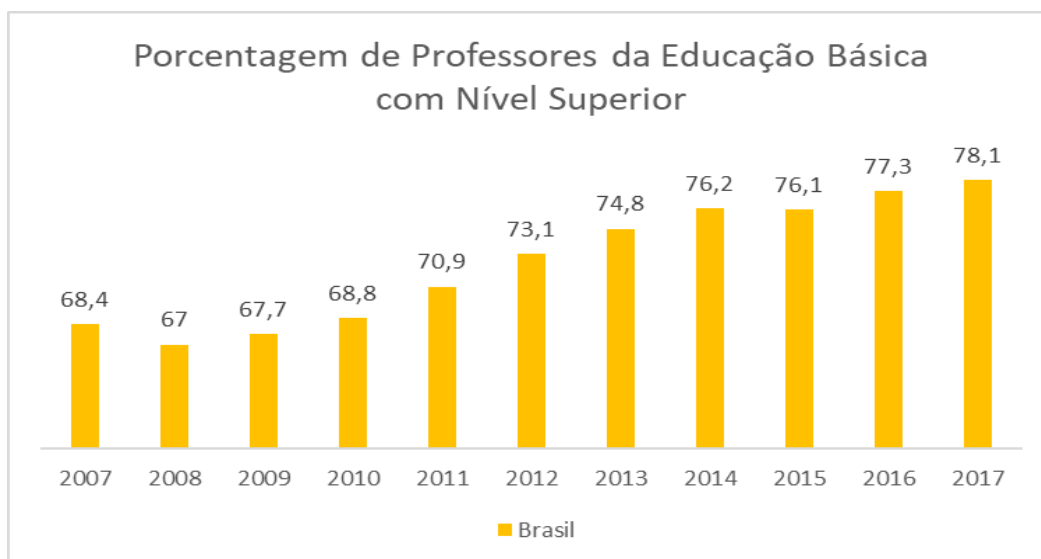
Como instrumento avaliativo temos o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que foi Instituído pela Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004), com o objetivo de melhorar a qualidade da educação superior. Como critérios avaliativos são considerados a avaliação dessas instituições, o desempenho dos estudantes e

os cursos de formação (bacharelados e licenciaturas), cujo a finalidade é a melhoria da qualidade da educação (INEP, 2018). A avaliação então é entendida como uma ferramenta de feedback, a qual aponta os erros e acertos dessa formação, com a intenção de criar mecanismos para suprir as falhas e elevar a qualidade dessa formação de professores.

O Banco Mundial (2014, p. 2) relata que a qualidade insatisfatória dos professores da América Latina e Caribe “*é o fator limitante sobre o progresso da educação na região*”. Ainda sobre o documento, o BM menciona que as habilidades cognitivas desses estudantes que ingressam em cursos de licenciaturas são precárias, afirmando que “*os indivíduos que ingressam no magistério na América Latina são academicamente mais fracos do que o promedio global de estudantes do Ensino Superior*”. (BANCO MUNDIAL, 2014, p. 7). As consequências de uma Educação Básica de qualidade baixa refletem diretamente nos alunos que irão escolher o magistério. Eles atingem notas muito baixas nos exames de vestibulares e a formação inicial desse aluno não o capacita completamente para atuar no magistério, fazendo com que ele volte para a sala de aula agora como docente e com lacunas que vão possivelmente colaborar para que esse processo insatisfatório da educação básica continue.

Para fins de análises, foi elaborado o Gráfico 2 que apresenta a situação atual da meta 15 do Plano Nacional de Educação. Os indicadores apresentados no Observatório do PNE são processados a partir dos dados do ultimo Censo Escolar (INEP, 2017), cujo responsável pela divulgação dos resultados obtidos são da Organização Todos pela Educação (organização sem fins lucrativos mas que tem como principais parceiros Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho/Canal Futura, Instituto Ayrton Senna, Unicef, UNESCO, entre outros) que tem como propósito o monitoramento da aplicação e execução das metas do PNE.

Gráfico 2 – Porcentagem de Professores da Educação Básica com Nível Superior – 2018.



Fonte: Observatório do PNE, 2018.

Atualmente mais de 1,7 milhões de professores possuem curso superior em 2017 a porcentagem chegou a 78,3% e se comparado com o ano de 2008 teve um crescimento de 11,3% em nove anos. Contudo, a meta inicial estipulada é de atingir 100% até o ano de 2024, faltando então 21,7 pontos percentuais para cumprir o que foi proposto.

De acordo com o Observatório do PNE (2018) um número significativo de professores possui Ensino Superior. Na Educação Infantil, em 2017, mais de 60% possuía Educação Superior, enquanto que na modalidade Ensino Médio (Magistério/Normal) 32,5% de profissionais estão atuando na Educação Infantil. Já no Ensino Fundamental em 2014 os professores com Educação Superior eram aproximadamente um milhão (78,3%) em oposição a 157 mil professores que possuíam formação na modalidade Ensino Médio (Magistério/Normal) o que representa em porcentagem o total de 11,1%.

No que se diz respeito à qualificação dos docentes que atuam no Ensino Médio, os professores com Ensino Superior no período de 2014 foi de 487 mil, o que equivale a 92,9% em contraposição aos formados na modalidade Ensino Médio (Magistério/Normal) que representavam 0,6%, o que em números representa aproximadamente 3.000 professores. Vale ressaltar que para a elaboração desse indicador são considerados “*professores com formação na disciplina em que atua aqueles cuja formação superior é em licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica na mesma matéria da disciplina.*” (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2018).

De acordo com Amaral (2017) a Emenda Constitucional N° 95, de 15 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016), que dispõe sobre Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, todas as metas do PNE estão prejudicadas quanto a sua execução, já que a Emenda Constitucional (EC) prevê um congelamento por 20 anos dos gastos públicos para as áreas como educação, saúde, segurança pública entre outras, com o objetivo de frear a trajetória de crescimento dos gastos públicos e equilibrar as contas públicas, a fim de contornar a crise econômica que assola o país. Como consequência Amaral (2017) afirma que diante do contexto em que a EC está inserida é inviável que até 2024, ano em que acaba o prazo para alcançar a meta 15 do PNE, que tal meta seja cumprida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor é destacado no documento do BM como uma figura protagonista no cenário da educação brasileira e lhe são atribuídas diversas funções, sendo assim, políticas, reformas, leis foram criadas para a formação desse docente, levando-se em conta o papel do contexto político, social e econômico do país, que interfere e exige desse profissional uma formação que atenda as demandas da sociedade na qual a escola está inserido. Após o estudo realizado, constatamos que existe uma grande expectativa por parte do Banco Mundial para que a América Latina e Caribe sigam e implementem suas orientações, objetivando o crescimento econômico internacional. O papel do Brasil é considerado, em função do papel que desempenha no mercado mundial, por seus recursos naturais, espaço estratégico geográfico, mão de obra barata e qualificada, com capacidade de elaborar planos/projetos que contribuam para o desenvolvimento econômico tanto das empresas nacionais e internacionais, quanto própria região em que o indivíduo vai atuar.

A educação nesse cenário então passa a ser vista como tendo alta potencialidade no que se diz a respeito de investimentos, isso inclui da educação primária a pós-graduação. Como já foi apresentado no texto, é pelo processo educativo o caminho mais rápido para o crescimento econômico, avanços sociais, políticos e tecnológicos. Contudo, precisa-se considerar a natureza da educação que se está defendendo. Ou seja, uma educação que está voltada para o desenvolvimento humano e não para o crescimento econômico, tendo o mercado como objetivo central. Se há uma educação nacional com problemas é obrigação do Estado como regulador superar os desafios, primeiramente diagnosticando o problema, depois o papel de responsabilizar e culpabilizar os causadores e por fim apresentar uma solução

possível de reparo aos erros que tornam o sistema educacional insatisfatório. É sobretudo, o papel do Estado, financiar a educação, tornando-a pública e com qualidade que atenda as demandas sociais, ou seja que seja socialmente referenciada.

O documento do Banco Mundial (2014) alvo de análise neste artigo, não traz como objetivo central a educação como emancipação, mas demonstra a preocupação quantitativa com a formação de professores, o que não significa que essa formação atende o que a sociedade almeja.

Paulo Freire (2000) em *Pedagogia da Autonomia* deixa claro a importância de ser ter uma educação transformadora, em seja capaz de emancipar o ser humano por meio de uma prática educativa-crítica, em que haja uma troca de experiências entre o educador e educando, pois somente a partir disso é que ambos chegarão ao conhecimento tido como genuíno. Autonomia e emancipação essa que não pode ser restrita a um mero ensino conteudista. Pois não estamos formando unicamente profissionais e mão de obra, para além disso estamos formando homens e mulheres para serem autônômicos.

Ao final do trabalho notamos a Resolução N° 2, de 1° de julho de 2015 (BRASIL, 2015) é a materialização das orientações expressas no documento do BM analisado, onde o Conselho Nacional de Educação define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, delinea de forma objetiva e clara as medidas a serem aplicadas na educação, visando sua adequação aos interesses dos OI.

Diante do que foi exposto podemos observar que a cobrança em cima dos professores para se capacitem afeta seu rendimento, já que muitos começam a apresentar um adoecimento. Muito se cobra deles para atingir metas formuladas que visam uma educação de qualidade, no entanto quanto a valorização desse profissional não vemos tanta importância quando comparada com a cobrança pelo seu desempenho profissional. É importante ressaltar que o professor não deve ser responsabilizado por uma educação de qualidade pública, pois existem fatores externos que influenciam diretamente no desempenho educacional.

REFERÊNCIAS

ÁVILA ASSUNÇÃO, Ada; ANDRADE OLIVEIRA, Dalila. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 107, 2009.

BANCO MUNDIAL. **Achieving World-Class Education in Brazil: The Next Agenda**. 2010. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/2383/656590REPLACEMENT0achieving0World0Class0.pdf?sequence=1>> Acesso em 30 set 2017.

BANCO MUNDIAL. **Professores excelentes: como melhorar a aprendizagem dos estudantes da América Latina e Caribe**. Washington, DC, 2014.

BARRETO, Raquel Goulart; LEHER, Roberto. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 423-436, 2008.

BIANCO, Carlos et al. Indicadores de la Sociedad del Conocimiento: aspectos conceptuales y metodológicos. Buenos Aires: **Centro Redes**, 2016.

BRASIL. Resolução Nº 2, De 1º De Julho De 2015. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada**. Brasília, DF, 01 jul de 2015.

BRASIL. Decreto Nº 7.219, De 24 De Junho De 2010. **Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências**. Brasília, DF, 24 jun de 2010.

BRASIL. Decreto Nº 8.752, DE 9 De Maio De 2016. **Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica**. Brasília, DF, 9 maio, 2016.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 95, De 15 De Dezembro De 2016. **Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências**. Brasília, DF, 15 dez, 2016.

BRASIL. Lei Nº 10.861, De 14 De Abril De 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**. Brasília, DF. 14 de abril de 2004.

BRASIL. Lei Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 20 de dez de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 38, De 28 De fevereiro De 2018. **Institui o Programa de Residência Pedagógica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 mar. 2018. p. 28.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, n. 64, p. 4-13, 1988.

CAPES. Pibid - **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**. Disponível em:<<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid>>. Acesso em 28 dez de 2018.

CAPES. **Programa de Residência Pedagógica**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>>. Acesso em 28 dez de 2018.

CARDOSO, Amaral Nelson. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)? **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, 2017.

CARVALHO, Maria Regina Viveiros de. **Perfil do Professor da Educação Básica**. Brasília, DF, 2018.

DAL ROSSO, Sadi. Condições de emergência do sindicalismo docente. **Pro-Posições**, v. 22, n. 2, p. 111-131, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. 2ª ed. Brasília: UNB, 2016.

FANFANI, Emilio Tenti. La condición docente: análisis comparado de la Argentina, Brasil, Perú y Uruguay. Buenos Aires: **Siglo XXI**, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Revista Trabalho Necessário**, v. 13, n. 20, p. 206-233, 2018.

GERMINARI, Geyso Dongley; DE CÁSSIA GONÇALVES, Rita. As políticas educacionais e formação do professor de História no Brasil: desafios contemporâneos. **Interacções**, v. 12, n. 40, p. 55-69, 2016.

INEP. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinaes>>. Acesso em 28 dez de 2018.

KRAWCZYK, Nora Rut et al. Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 799-819, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. . Organização dos docentes e ação sindical. In: Arlete Camargo; Dalila Andrade Oliveira; Lívia Fraga Vieira. (Org.). **O trabalho Docente na Educação Básica: O Pará em questão**. 1º ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, v. 1, p. 153-174.

MEDEIROS, Luciene. ; REIS, Maria Izabel Alves. . Condições de trabalho e efeitos sobre a saúde dos docentes. In: Arlete Camargo; Dalila Andrade Oliveira; Lívia Fraga Vieira. (Org.).

O trabalho Docente na Educação Básica: O Pará em questão. 1ºed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, v. 1, p. 75-92.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Altos índices de desistência na graduação revelam fragilidade do ensino médio, avalia ministro.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior>>. Acesso em 25 dez de 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **ProUni e Fies reforçam a formação de professores.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841/40-perguntas-frequentes-911936531/prouni-1484253965/7112-sp-1748592060>>. Acesso em 28 dez de 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres).** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/apresentacao>>. Acesso em 28 dez de 2018.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Metas do PNE.** Disponível em: <<https://blog.mettzer.com/referencia-de-sites-e-artigos-online/>>. Acesso em 24 dez de 2018.

OCDE. **Educação.** Disponível em: <<http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/paises/brazil-pt/>>. Acesso em 23 dez de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Educação para todos 2000-2015: Progressos e desafios.** Relatório conciso. 2015.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo.** 2006. p. 67-107.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Educação Lei n 13.005/2014.** Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em 24 dez de 2018.

SÃO PAULO (ESTADO). Programa de Qualidade da Escola – **Nota Técnica. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2017.** Disponível em: <http://idesp.edunet.sp.gov.br/Arquivos/Nota%20tecnica_2017.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2018.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1973.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (Ceara). **Prêmio Escola Nota 10.** Disponível em: <<http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/premio-escola-nota-10>>. Acesso em 25 dez de 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (Mato Grosso do Sul). **Projeto Inovador que Atrai Jovens Talentos para a Docência Comemora Avanços.** Disponível em: <<http://www.sed.ms.gov.br/projeto-inovador-que-atrai-jovens-talentos-para-a-docencia-comemora-avancos/>>. Acesso em 24 de dez de 2018.

SOUZA, Michele Borges de. ; LUZ, Silvia Letícia da. ; TAVARES, André. Políticas de valorização dos profissionais da educação básica no Pará: carreira e salário. In Arlete Camargo; Dalila Andrade Oliveira; Livia Fraga Vieira. (Org.). **O trabalho docente na educação básica: o Pará em questão**. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, v. 1, p. 93-115.

TEIXEIRA, INDEE. E PEA Censo da Educação Superior 2016: Notas Estatísticas. **Acesso em**, v. 1, n. 06, 2017.

THEIS, Ivo Marcos. A Sociedade do Conhecimento realmente existente na perspectiva do desenvolvimento desigual. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 5, n. 1, p. 133-148, 2013.

UNDIME. **Educadores podem fazer curso de capacitação on-line do programa**. Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/19-07-2018-14-27-educadores-podem-fazer-curso-de-capacitacao-on-line-do-programa>>. Acesso em 25 dez de 2018.

UNESCO. **Towards knowledge societies. World Report**. Paris: UNESCO Publishing, 2005. Disponível em: < <http://ictlogy.net/bibliography/reports/projects.php?idp=240>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

VERHINE, Robert E. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 20, n. 3, 2015.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos pagu**, n. 17-18, p. 81-103, 2001.

WORD BANK. Development in practice: higher education. **The Word Bank Publication**, Washington, DC, 1994.

WORLD BANK. Learning for all: Investing in people's knowledge and skills to promote development. **World Bank Group Education Strategy 2020**, 2011.